

Brasil anuncia metas imprecisas de mitigação para 2035 e silencia sobre transição energética

País é o segundo a divulgar meta de mitigação para 2035, mas ambição vem expressa em intervalo e não em um alvo específico; detalhes são esperados durante a COP 29

O governo brasileiro anunciou, na noite desta sexta-feira (8), as metas de mitigação de gases de efeito estufa para 2035. Elas farão parte da nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do país, que deve ser submetida à Convenção Quadro nos próximos dias.

Em anúncio no site do Planalto, o governo divulgou sua meta de redução de emissões de GEEs em uma faixa entre 1,050 e 0,850 gigatoneladas de gás carbônico equivalente (GtCO₂eq) em 2035. Isso representa uma redução de 39% a 50% em relação às emissões líquidas de 2019 (1.712 MtCO₂e). Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e o primeiro Balanço Global do Acordo de Paris, são recomendados cortes que alcancem 60% até 2035 em relação a 2019.

≡ Planalto

O que você procura?



A nova meta climática do Brasil no Acordo de Paris será entregue à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) pelo vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, chefe da delegação brasileira na COP29, conferência do clima da ONU que acontece em Baku, no Azerbaijão, de 11 a 22 de novembro.

A segunda Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira estabelece o compromisso do país em reduzir suas emissões líquidas de gases de efeito estufa de 59% a 67% em 2035, na comparação aos níveis de 2005. Isso equivale, em termos absolutos, a uma redução de emissões para alcançar entre 1.050 e 850 gigatoneladas de gás carbônico equivalente (GtCO₂eq) em 2035.

No anúncio divulgado na noite de sexta-feira, o texto trouxe um equívoco na unidade de medida: “1.050 e 850 gigatoneladas”. Talanoia analisou os números considerando que a medida correta para a meta é 1.050 e 850 megatoneladas

Metas de redução de emissões em formato de banda são raras em NDCs e mais comuns em contextos econômicos, como a política monetária, para limitar variações. No entanto, para as metas nacionais de redução de emissões de GEEs, estabelecer um teto máximo contraria o objetivo central: reduzir as emissões o mais

rápido e profundamente possível. O foco deve estar em acelerar a trajetória rumo às emissões líquidas zero, sem limites que possam sugerir estagnação no processo.

Além disso, outros pontos centrais para determinar se a NDC está ou não alinhada a 1,5°C, ou seja, se responde ao estabelecido no Acordo de Paris e aos resultados do Balanço Global, não fizeram parte do anúncio. É preciso que adaptação e compromissos para o abandono dos combustíveis fósseis sejam explicitados.

O Brasil é o segundo país a apresentar sua NDC, atendendo à promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de submeter o documento muito antes do prazo de fevereiro de 2025. Os Emirados Árabes foi o primeiro, também nesta semana. Os dois compõem com o Azerbaijão a Troika, grupo formado pelas presidências das COPs 28 (Dubai), 29 (Baku) e 30 (Belém).

“O Brasil assume a dianteira ao anunciar metas de mitigação para 2035, reafirmando seu compromisso e apresentando resultados concretos rumo ao fim do desmatamento nesta década. No entanto, a meta em faixa e o silêncio do governo brasileiro sobre a transição para longe dos combustíveis fósseis sugerem fragilidades. Esperamos uma surpresa positiva no documento que será submetido à UNFCCC pela futura Presidência da COP 30. O Brasil, junto da Troika, precisa atuar para fechar a lacuna de ambição — não há tempo a perder”, afirma Natalie Unterstell, presidente do Instituto Talanoa.

Para mais informações, acompanhe os canais da Política por Inteiro.

Informações para a imprensa: imprensa@institutotalanoa.org

Jaqueline Sordi: +55 51 9678-9048

Luca Yonaha: +55 11 94186-4029

Melissa Aragão: +55 47 8423-7418